



## Operação intensifica fiscalização do uso de explosivos no País



**Na Operação Rastilho III aproximadamente 120 equipes multidisciplinares locais estiveram envolvidas**

Ação ocorreu em 13 estados e contou com 700 militares e 250 integrantes de órgãos federais e estaduais; 250 empresas foram fiscalizadas

Em quatro dias de atuação, a Operação Rastilho III, coordenada pelo Exército, fiscalizou mais de 250 empresas cadastradas para o uso de material explosivo e registrou 51 autuações. A ação contou com 700 militares e 250 integrantes de órgãos federais e estaduais de 13 estados do País.

Com a fiscalização, agentes verificam se empresas autorizadas pelo Exército a trabalhar com produtos explosivos estão atuando dentro

da legislação, com o controle do material explosivo, e se não estão desviando o uso desse material.

“A operação Rastilho é voltada para a cadeia produtiva do explosivo, desde os insumos à produção, as fábricas, o transporte, a distribuição final e a utilização, que é feita basicamente de duas formas: obras de construção civil ou na atividade de mineração”, explica o diretor de Fiscalização de Produtos Controlados, general Ivan Ferreira Neiva Filho. As autuações baseiam-se em inspeção de documentação e vistorias.

Segundo o general Neiva, como resultado dessas operações, foi verificada a redução de 30% nos crimes com uso de explosivos no Brasil, entre 2015 e 2016, por meio de mais de 4 mil ações de fiscalização, em 400 mil quilômetros rodados pelas equipes e 500 empresas autuadas.

As atividades, coordenadas pelo Sistema de Fiscalização de Produtos Controlados (SisFPC) do Exército, ocorreram entre os dias 28 e 31 de março, simultaneamente nos estados do Rio de Janeiro, Espírito Santo, São Paulo, Minas Gerais, Santa Catarina, Paraná, Bahia, Sergipe, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Distrito Federal, Goiás, Tocantins.

Fonte: [brasil.gov.br](http://brasil.gov.br)

# MPE aciona deputado que usou dinheiro público para segurança de sua casa em MT



Segundo promotor, Nilson Leitão utilizou-se da prática durante 4 anos

O Ministério Público de Mato Grosso (MPE-MT) impetrou uma ação civil pública contra o deputado federal Nilson Leitão (PSDB) e outras duas empresas de segurança particular. Eles são acusados de atos de improbidade administrativa – neste caso, por prejuízos aos cofres públicos e violação de princípios administrativos.

Leitão teria utilizado os serviços das organizações em sua própria residência durante sua segunda passagem pela prefeitura de Sinop (501 km de Cuiabá), entre os anos de 2005 e 2008. O MPE-MT, que entrou com uma Ação de Responsabilização por Ato de Improbidade Administrativa, alega que, em janeiro de 2005, primeiro ano da segunda gestão de Nilson Leitão à frente do poder executivo de Sinop, a prefeitura da cidade contratou por meio de dispensa de licitação a empresa A.P. da Silva e Cia Ltda para “realização do serviço especializado de vigilância”.

O contrato previa o fornecimento do serviço de segurança para bens públicos. O negócio, realizado com dispensa de licitação, teve

vigência de 60 dias.

De acordo com a denúncia do MPE-MT, após o fim do contrato com a A.P. da Silva e Cia Ltda, outro acordo, ainda em 2005, foi celebrado com a Invioseg Segurança Privada Ltda. O órgão afirma que o contrato foi permeado por “inúmeros aditivos com prorrogações de vigência, aumento do valor, e inclusão de outros locais de vigência” ao longo de quatro anos.

A representação afirma que a segurança particular era realizada “sempre mantendo a residência do chefe do executivo como um dos pontos de execução do serviço pago pelo erário”, conforme trecho da ação, que ainda relata que a “atividade foi integralmente paga com recursos públicos”. O MPE-MT diz ainda que, apesar dos indícios de improbidade administrativa, o então presidente do inquérito civil – uma das etapas de investigação do órgão –, promoveu o arquivamento do caso.

A determinação, porém, foi rejeitada pelo Conselho Superior do Ministério Público. A ação da 3ª Promotoria de Justiça Cível de Sinop, assinada pelo promotor Pompílio Paulo Azevedo Silva Neto no dia 16 de dezembro de 2016, afirma que a conduta dos réus “ofende os mais comezinhos ditames legais e constitucionais e, especialmente, os princípios basilares da legalidade, moralidade e impessoalidade”.

A ação civil pública busca o ressarcimento dos prejuízos causados ao erário de Sinop, e que cujo montante será definido numa eventual sentença da justiça, além do pagamento de indenização por dano moral coletivo. O MPE-MT fixou o custo da causa em R\$ 100 mil.

Fonte: [folhamax.com.br](http://folhamax.com.br)

# Associação de Defensores Públicos quer explicação sobre gestão de recursos

O Tribunal de Contas do DF identificou falhas como dispensa de licitação e falta de critério para a escolha do prédio



O edifício pertence à Multi Segurança Eletrônica e Patrimonial, empresa de pessoas ligadas a Rafael Prudente. Foto: Bruna Peres/CB/D.A Press

A investigação do Tribunal de Contas do Distrito Federal (TCDF) que apontou irregularidades na locação da sede da Defensoria Pública gerou mal-estar entre servidores do órgão. A Associação de Defensores Públicos cobrará explicações da direção, que tem autonomia

total para gerir os recursos públicos destinados à assistência jurídica para pessoas de baixa renda.

No ano passado, o orçamento do órgão foi de R\$ 151,5 milhões. Além dos gastos com pessoal, a maior despesa registrada pela Defensoria Pública em 2016 foram os repasses à Multi Segurança Eletrônica e Patrimonial. A empresa é de pessoas ligadas à família do deputado distrital Rafael Prudente (PMDB).

Até 2015, a sede da Defensoria Pública funcionava em um edifício no Setor Comercial Sul, no centro de Brasília, ao custo anual de R\$ 707 mil. Mas o local apresentava problemas de estrutura e inadequação de espaço para o trabalho dos servidores. Naquele ano, o comando do órgão decidiu alugar outro espaço para abrigar os serviços. Optou-se, então, por um edifício no Setor de Indústria e Abastecimento (SIA), uma área de difícil acesso e longe do centro, o que motivou reclamações de usuários e servidores. O contrato com a Multi Segurança Eletrônica e Patrimonial foi firmado por R\$ 1,5 milhão — o dobro do valor gasto com a locação do espaço no Setor Comercial Sul.

O acerto entrou no alvo de uma investigação do TCDF, que apontou “dispensa indevida de licitação e utilização de critérios inadequados e antieconômicos para a escolha do imóvel”. Depois de avaliar o caso, os conselheiros decidiram, por unanimidade, pedir explicações à Defensoria Pública e à Multi Segurança sobre as irregularidades identificadas. Para o Tribunal de Contas, houve “desorganização processual” no fechamento do contrato. Os conselheiros também indicaram uma “elaboração intempestiva do projeto básico e inconsistências na mensuração da área necessária às instalações pretendidas”. A investigação aponta que a Defensoria Pública usou critérios inválidos na consulta à Secretaria de Planejamento sobre a disponibilidade de imóvel para atender a demanda do órgão.

O presidente da Associação de Defensores Públicos do Distrito Federal, Fernando Ferraz, diz que as denúncias “são gravíssimas” e garante que as investigações acerca do episódio geram mal-estar na categoria. Ele pedirá explicações ao defensor público-geral do DF, Ricardo Batista Sousa, e pretende solicitar que as informações enviadas ao TCDF também sejam encaminhadas

aos funcionários do órgão. “Há indícios de irregularidades e cabe à direção-geral trazer esclarecimentos aos servidores. Vamos pedir informações sobre o contrato e detalhes sobre o processo de aluguel do imóvel”, comentou Fernando. “A Defensoria Pública tem autonomia financeira, e a gestão precisa ser completamente transparente”, concluiu.

### **Ilegalidades**

A direção-geral da Defensoria Pública diz que prestará todas as informações solicitadas pela Corte de contas e acredita que a entrega da documentação sanará as dúvidas suscitadas no processo. Em nota, o comando do órgão garante que “confia na regularidade do processo”. De acordo com o documento, a locação “atendeu na íntegra um parecer normativo da Procuradoria do Distrito Federal sobre a matéria”. “A instituição entende também que cumpriu adequadamente o que dispõe a Lei de Licitações e as suas condições de dispensa. Há toda a justificativa necessária para a locação do prédio, tanto sob o ponto de vista técnico, como econômico”, diz a nota. “A Defensoria tem certeza de que, assim que apresentar as justificativas, os problemas apontados serão considerados sanados.”

Além da investigação conduzida pelo TCDF acerca da regularidade da locação da sede do órgão, o Ministério Público do DF e Territórios (MPDFT) apura supostas ilegalidades no contrato firmado entre a Multi Segurança e o governo. O terreno onde foi construído o prédio do Tribunal de Contas faz parte do programa Pró-DF, que oferece incentivos fiscais em troca da geração de emprego. O contrato não prevê a locação posterior do terreno comprado com descontos. No caso da empresa, os abatimentos somam R\$ 1,5 milhão.

Fonte: [diariodepernambuco.com.br](http://diariodepernambuco.com.br)

# CUT chama novos protestos em 18/4 contra Reforma Trabalhista

Em manobra golpista, Câmara acelera votação e Central responde com mais protestos e reforço à Greve Geral.



Foto: Roberto Parizotti Neste sábado (8), mais de 5 mil protestam contra as reformas golpistas em São Bernardo do Campo (SP)

A Câmara dos Deputados decidiu acelerar a tramitação da Reforma Trabalhista (PL 6787/16) e quer aprová-la no dia 19 de abril. Trata-se de mais uma manobra autoritária disfarçada de processo legislativo democrático, ou seja, mais uma etapa do golpe no Brasil.

(7), em comunicado enviado aos dirigentes de suas estaduais, federações e confederações a direção da Central convocou os líderes sindicais de todo o Brasil a intensificarem o calendário de preparação da Greve Geral de 28 de abril, com a realização em 18/4 de um novo dia de protestos e mobilizações, principalmente para

pressionar os deputados da Comissão Especial da Reforma Trabalhista.

Na quarta-feira (5), o presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM-RJ), anunciou essa manobra vergonhosa de aprovar a Reforma Trabalhista em duas semanas. Rapidamente, o deputado tucano Rogério Marinho (PSDB-RN), relator do projeto, declarou que apresentará seu parecer à Comissão Especial na próxima quarta-feira (12). Quando a comissão foi instalada, a previsão para entrega do relatório era 4 de maio.

Um dos absurdos da Reforma Trabalhista é que esse projeto, com tamanho impacto de

destruição de direitos dos trabalhadores e trabalhadoras, está tramitando em caráter conclusivo e se for aprovado na Comissão Especial, pode seguir diretamente para o Senado, sem passar pelo plenário da Câmara.

Vagner Freitas, presidente da CUT, tem denunciado esse ataque contra a classe trabalhadora. “A Reforma Trabalhista de Temer oficializa o bico. O que significa que você só trabalha quando o patrão chama, só ganha pelo que produz, pode ser temporário por 120 dias ou mais, tem de negociar férias, 13º salário”, alertou em recente entrevista.

**Veja a seguir o calendário de construção da Greve Geral, conforme o comunicado da CUT Nacional, assinado pelo secretário-geral, Sergio Nobre, e pela secretária-geral adjunta, Maria Aparecida Faria:**

**Dia 18 de abril** – Realizar atos e ações em seus estados contra a votação da Reforma Trabalhista na Câmara (que depois ainda terá que passar pelo Senado), prevista para o dia 19 de abril;

**Até o dia 19 de abril** – Continuar a busca aos deputados em suas bases eleitorais, nos aeroportos, em suas cidades e aonde quer que eles possam ser encontrados. A pressão deve ser total para que votem contra a Reforma Trabalhista.

**Dia 19 de Abril** – Votação da Reforma Trabalhista em Brasília. É importante que Estados e Ramos possam enviar apoiadores para se juntar às mobilizações que a CUT-DF fará no entorno da Capital Federal.

**Dia 28 de abril** – VAMOS PARAR O BRASIL – Greve Geral – Estados e Ramos deverão organizar suas bases para a Greve Geral. As cidades paradas e vazias denunciarão, repudiarão e condenarão o desmonte da Previdência e da legislação trabalhista.

O Brasil e seus trabalhadores e trabalhadoras de braços cruzados será nosso melhor recado para a quadrilha golpista que tomou o poder no país. A luta continua, sem tréguas!

**NÃO À REFORMA TRABALHISTA**

**NÃO À REFORMA DA PREVIDÊNCIA**

**NENHUM DIREITO A MENOS!**

**FORA TEMER!**

Fonte: CUT

Expediente:

Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV

Presidente da CNTV: José Boaventura Santos

Secretário de Imprensa e Divulgação: Geraldo da Silva Cruz

Jornalista: Pricilla Abdelaziz

Diagramação: Anibal Bispo

www.cntv.org.br

cntv@terra.com.br

(61) 3321-6143

SDS - Edifício Venâncio Junior,

Térreo, lojas 09-11

73300-000 Brasília-DF